

# Ecos do desenvolvimento

Uma história do pensamento  
econômico brasileiro

COORDENAÇÃO

Maria Mello de Malta



 Centro Internacional  
**CELFO FURTADO**  
de Políticas para o Desenvolvimento  
The International CELFO FURTADO Center for Development Policies

## **Sensos do contraste: o debate distributivo no “milagre”**

Maria Mello de Malta

### **I. Introdução**

A questão da distribuição de renda está presente na economia política desde seu nascimento. A pesquisa sobre a forma como a renda é distribuída entre seus produtores é irmã siamesa daquela que se pergunta sobre a origem e a causa da riqueza das nações. Os primeiros formuladores de questões econômicas no capitalismo, que já perseguiam a noção do lucro como o motor do sistema gerador de tanta riqueza, não podiam deixar de ver a pobreza, fruto do mesmo processo, e se perguntavam sobre a distribuição da renda.

Fato é que, por mais liberais que fossem, os economistas clássicos sempre pensaram em como se dava a distribuição da renda entre as classes sociais. Tais classes, em sua concepção, tinham relação direta com a propriedade sobre os meios de produção que concorriam para a geração do produto que representava a renda anual de uma nação. Desta forma, a renda era encarada como algo advindo da propriedade sobre a terra, o capital ou o trabalho, e tal propriedade, por menos que fosse questionada, era derivada e mantida por um processo histórico que montara as estruturas políticas, econômicas e jurídicas que a tornavam parte essencial deste sistema.

Uma nova formulação sobre como a renda era distribuída entre os membros da sociedade capitalista surgiu com o adven-

to da teoria marginalista.<sup>1</sup> Na década de 1870, várias obras<sup>2</sup> vieram a público questionando o princípio da distribuição, naquela época chamado ricardiano, e apresentando uma alternativa que tomava como base analítica do problema o indivíduo com sua contribuição produtiva, abrindo mão das classes sociais e das estruturas históricas em sua explicação.

As principais escolas europeias de economia passaram a adotar essa abordagem para a questão a partir de 1890, com o trabalho de Alfred Marshall,<sup>3</sup> destacado professor do centro de produção intelectual sobre economia mais influente na época — a Universidade de Cambridge, Inglaterra. Marshall se anunciava como um continuador revisionista da obra de Ricardo (e não como um crítico que rompia com a tradição ricardiana) e se autointitulava como um autor neoclássico.

A dicotomia interpretativa sobre a distribuição de renda jamais se resolveu de forma definitiva. Assim, formular a questão da distribuição de renda como um resultado de uma coalizão distributiva formada pelas diferenças de poder econômico e político das classes sociais ou pensá-la por meios de características específicas pessoais dos indivíduos é uma controvérsia que a economia política tem em seu interior por mais de 100 anos. Especialmente quando se trata de uma análise mais concreta da realidade de um país ou de um grupo social de referência, a disputa fica ainda mais evidente.

<sup>1</sup> Uma boa análise sobre a construção da teoria do valor e da distribuição na história do pensamento econômico pode ser encontrado em Garegnani e Petri (1983).

<sup>2</sup> Stanley Jevons publicou *A teoria da economia política* em 1871, Carl Menger trouxe a público o seu *Princípios de economia política* também em 1871 e Leon Walras publicou os *Elementos de economia política pura* em 1874.

<sup>3</sup> O livro de Marshall se intitulava *Princípios de economia* e fora adotado por mais de 40 anos como a grande referência de formação dos economistas de todo o mundo.

O debate sobre a distribuição de renda no Brasil — que saiu dos estritos círculos acadêmicos dos economistas e ganhou a arena pública nos anos 1970 — bebe nessa fonte da controvérsia original, porém sua motivação histórica foi a apresentação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 à sociedade brasileira.

No ano de 1972, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou o Censo 1970 com dados variados referentes à população brasileira. Entre estes dados aparecia um resultado importante que jogava um pouco de água fria na fervura dos elevados índices de crescimento econômico alçados pela economia brasileira sob a ditadura civil-militar. Tal resultado era que, durante a década em questão, olhada por qualquer aspecto, havia piorado a distribuição de renda no país.

Dada a situação política extremamente esgarçada, tanto a oficialidade precisava de uma boa explicação para justificar a piora da distribuição de renda, no contexto do que àquela altura já era considerado o sucesso do modelo de desenvolvimento posto em prática pós-1964 (Delfim Netto, 1973), como os críticos, inclusive aqueles preocupados com os “estritos cuidados da investigação científica” (Cardoso, 1975, p. 9), precisavam se posicionar sobre a situação do Brasil e sobre as políticas que estavam sendo postas em prática para preservá-la.

As estrelas desse debate foram, do lado oficial, Carlos Langoni, Antônio Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen;<sup>4</sup> e do lado dos críticos destacava-se o economista norte-americano Albert

<sup>4</sup> Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen tinham cargos no Estado brasileiro na época do debate. Eram, respectivamente, ministro da Fazenda e presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Simonsen viria a assumir a pasta da Fazenda em 1974, quando Delfim assumiu a posição de embaixador do Brasil na França, apenas retornando como ministro de Estado em 1979. Vale dizer que Langoni, na introdução de seu livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*, agradece nominalmente a Delfim por seu apoio, inclusive na obtenção de dados para a pesquisa.

Fishlow, ao lado de Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Beluzzo e dos jovens pesquisadores José Sérgio Leite Lopes, John Wells, Pedro Malan, Rodolfo Hoffmann<sup>5</sup> e José Serra, entre outros.

A remontagem dessa controvérsia nos parece importante não apenas do ponto de vista da história do pensamento econômico brasileiro, mas também como o marco da sistematização do debate distributivo no Brasil, em sua articulação clássica com a questão do desenvolvimento econômico, sob a batuta das grandes construções teóricas em confronto no centro capitalista desde o final do século XIX. Naqueles mesmos anos que abrigaram essa controvérsia foram sendo fundadas as escolas de pós-graduação em economia no Brasil,<sup>6</sup> que, em 1973, se organizaram na Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec) (ver Ganem, p. 51-75 deste volume).

Os debates econômicos no Brasil, a partir de meados dos anos 1960, ganharam uma face mais acadêmica, e tanto os críticos como os economistas da oficialidade buscavam em alguma teoria a base interpretativa para os resultados que a economia brasileira apresentava. Vale a pena a incursão no tema.

## II. Os termos originais do debate sobre a distribuição de renda no Brasil

Nos anos anteriores à publicação do Censo 1970, o debate sobre o desenvolvimento brasileiro já se articulava de forma fundamental com a questão da distribuição. A famosa formulação de Furta-

<sup>5</sup> Hoffmann, apesar de jovem, já era professor do Instituto de Economia da Unicamp e da Esalq da USP nessa época.

<sup>6</sup> A primeira escola de pós-graduação em economia no Brasil foi a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, criada em 1966 sobre as raízes do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE), ambos concebidos com participação central de Mário Henrique Simonsen.

do referente ao possível processo de estagnação a ser vivido pela economia brasileira — que adotara um modelo de acumulação excludente e se baseava em uma estrutura de demanda incapaz de manter a dinâmica necessária para a expansão capitalista no Brasil — já havia sido questionada por Tavares e Serra no artigo “Mas allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente”, publicado em 1971 (Salm, p. 163-190 deste volume).

Furtado organizava sua análise sobre a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda com base na ideia de que o crescimento econômico no Brasil se processava com abundância de mão de obra (tal qual os modelos de acumulação clássicos e o modelo de *Sir Arthur Lewis*). Neste tipo de modelo, como não figurava a suposição de escassez da força de trabalho no longo prazo, a taxa natural de crescimento, definida como a taxa de crescimento resultante da soma do crescimento da força de trabalho e do crescimento da produtividade do trabalho, acabaria por se ajustar à taxa de crescimento efetivamente obtida. Este ajuste ocorreria por meio de migração de trabalhadores, como também mudanças na taxa de participação na população economicamente ativa (PEA) e no tamanho do setor informal, ou ainda com desemprego disfarçado. Desta forma, os trabalhadores teriam pequeno poder de barganha durante o processo de mudança estrutural e isto favoreceria a incorporação dos ganhos de produtividade à parcela dos lucros na renda e não à dos salários.

Como já explicou Salm em seu texto, neste livro:

Furtado vincula a estagnação à estrutura da demanda — logo, à distribuição da renda. Enfatiza que a industrialização não alterou a demanda altamente concentrada e diversificada dos segmentos de renda mais alta, herdada da economia primário-exportadora. A industrialização com base na substituição de importações não gerou seu próprio mercado (diferentemente do ocorrido desde o início com o mercado de massa americano) e manteve os padrões de consumo mimetizados das clas-

ses de maior renda, o que impedia o aumento da taxa de poupança. (Salm, p. 177 deste volume)

Tavares e Serra ([1971] 1973) identificavam em Furtado uma ênfase excessiva na influência da relação produto/capital sobre a dinâmica de crescimento. Para além disso, viam que Furtado baseava grande parte de seu argumento na noção de que não se formara mercado de massas para a absorção da produção de um país mais industrializado, por conta da coalizão de classes (latifundiários e burguesia) específica de estruturas subdesenvolvidas como a brasileira. Tavares e Serra, por seu turno, davam ênfase maior à dinâmica do investimento na análise que apresentavam. Segundo estes autores era possível manter altas taxas de crescimento em um modelo concentrador de renda quando o investimento e a demanda externa ganhavam o papel central na dinâmica de demanda do novo padrão de acumulação.<sup>7</sup>

Assim, a desigualdade social brasileira era analisada como fruto de um processo histórico que se renovava em termos de forças produtivas, mas cujas relações sociais de produção só se modificavam no sentido de manter a estrutura desigual cuja base social de apoio se mantinha virtualmente a mesma. A desigualdade de renda, por seu turno, era vista como resultado de uma série de escolhas políticas que privilegiaram historicamente padrões de acumulação concentradores. A inovação da interpretação de Tavares e Serra ([1971] 1973) estava em esclarecer que padrões de acumulação concentradores podem se manter vigorosos, na medida em que poderiam basear sua dinâmica de realização nos setores produtores de bens de capital e de bens de consumo de luxo (ou bens de consumo dos capitalistas, como referido na tradição kaleckiana).<sup>8</sup>

<sup>7</sup> A noção de padrão de acumulação com a qual esses autores trabalham diz respeito às relações entre a estrutura produtiva e a distribuição social da renda.

<sup>8</sup> Veremos o desdobramento dessa posição na próxima seção deste artigo.

Antes disso, a desigualdade no Brasil fora pensada em termos de sua estrutura dual, onde atraso e modernidade conviviam formando o estranho amálgama brasileiro que se expressava na existência simultânea e estruturalmente importante de formas produtivas de baixa produtividade com organizações da produção de alta produtividade, gerando "dois Brasis" totalmente diversos. Como afirma Antonio Candido em seu prefácio de 1967 ao *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda,

[...] no pensamento latino-americano a reflexão sobre a realidade social sempre foi marcada [...] pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários — apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. (Candido, 1967, p. xiv)

Assim, a tradição do debate brasileiro sobre a distribuição de renda sempre fora focada nas estruturas produtivas e políticas do país. As classes sociais, suas rendas e seus padrões de consumo se apresentaram de forma perene nessa controvérsia. Intelectuais de um dos países mais desiguais do mundo não poderiam negar tal questão.

### III. A oficialidade: lições básicas de "culinária" econômica

Negar a questão distributiva estava fora de cogitação, porém era necessário retomá-la em novos termos, pois os resultados do Censo 1970 trouxeram o problema da distribuição de renda de volta para a arena política brasileira, cenário este que, em 1972, estava dominado por um Estado orientado por um aparato jurídico-institucional montado a partir de 1964 sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional e concretizado nos Atos Institucionais (Gomes e Lena Júnior, p. 123-161 deste volume). A instituição de referência para esta sistematização foi a Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei n. 785/49 com a missão de "desenvolver e consolidar os *conhecimentos* necessários para o exercício

das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (grifo nosso), conforme aponta seu artigo 1º. Tiveram ingresso na instituição, como garante seu artigo 5º, “oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às Forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional”. Assim, além dos próprios militares, boa parte dos ministros civis do período, como Mário Henrique Simonsen e Antônio Delfim Netto, haviam sido influenciados pelo pensamento da ESG.

Resultados ruins da política econômica pós-1964 para o “bem-estar” da população brasileira poderiam ser facilmente relacionados com o tipo de planejamento para o desenvolvimento e a segurança nacionais aprendidos na ESG. A piora na distribuição de renda não era uma questão controversa. O próprio governo havia publicado os resultados. Não havia a possibilidade de escamoteá-los em qualquer instância, ou por qualquer medida. Tratava-se de explicá-los.

Mário Henrique Simonsen, então presidente do Mobral (e futuro ministro da Fazenda), preocupou-se em se pronunciar sobre os resultados afirmando que as estatísticas do Censo 1970 poderiam ocultar o essencial. Listou alguns motivos para isso: erros de estimação ligados às classes abertas; desconsideração de rendas não monetárias recebidas pelos indivíduos, por exemplo, na forma de serviços gratuitos prestados pelo governo ou na forma de produção para autoconsumo, como nas roças do fundo do quintal, onde algumas famílias plantam sua subsistência; além de classificarem as rendas por indivíduos e não por família, o que, de seu ponto de vista, daria melhores resultados para as camadas mais pobres da população, pois nestas trabalham um número maior de membros da família.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> A revista *Veja* (1972) atribuiu todas essas afirmações a um discurso recente de Simonsen, porém não tivemos acesso à íntegra deste discurso.

Serra (1975) traz um quadro comparativo dos resultados apresentados em alguns estudos da época que servem para ilustrar os números sobre os quais se construiu o debate:

#### Distribuição de renda no Brasil (participação na renda total)

|                       | 40% mais pobres |       | 5% mais ricos  |                |
|-----------------------|-----------------|-------|----------------|----------------|
|                       | 1960            | 1970  | 1960           | 1970           |
| Fishlow               | 10,49           | 7,14  | 28,55          | 38,22          |
| Hoffman/Duarte        | 11,20           | 9,05  | 27,35          | 36,25          |
| Ministério da Fazenda | 11,57           | 10,00 | não disponível | não disponível |

Fonte: Serra (1975)<sup>10</sup>

Do ponto de vista do positivismo dominante na ESG se poderia interpretar adequadamente o fenômeno objetivo que os dados do Censo demonstravam com base nos estudos das “leis gerais” que regessem o fenômeno. Além disso, vale a pena lembrar que:

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional é a rejeição da ideia de divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em choque com a noção de unidade política. (Gomes e Lena Júnior, p. 128 deste volume)

Há uma teoria econômica que não divide a sociedade em classes, que pensa em seus indivíduos como ponto de partida da análise produtiva e distributiva harmônica, bem como acredita ter encontrado as leis gerais, naturais do comportamento econômico. Esta teoria é a marginalista (ou neoclássica, como denominou Marshall). A teoria neoclássica do valor e da distribuição relaciona diretamente a remuneração dos indivíduos à produtividade marginal do fator de produção com o qual contribuem para a geração do produto.

<sup>10</sup> No trabalho de Langoni, saem publicados os números 27,69% da renda concentrada nas mãos dos 5% mais ricos em 1960 e 34,06% em 1970.

No final da década de 1950, essa análise da distribuição ganhou aportes importantes, a partir de algumas pesquisas desenvolvidas principalmente nos Estados Unidos. O economista americano Theodore Schultz, professor da Universidade de Chicago, começou a trabalhar uma nova noção que relacionava a rápida recuperação econômica da Alemanha e do Japão do pós-Segunda Guerra com os altos níveis de educação e saúde dessas populações.<sup>11</sup> Avaliou que indivíduos mais saudáveis e mais bem formados têm uma produtividade maior e com isso formulou o conceito de capital educacional. Neste sentido, afirmava que a melhor forma de se desenvolver um país era “investindo em pessoas”, como acabou intitulando seu livro de 1981. Em artigo de 1961 na *American Economic Review* já trazia o conceito que seria recuperado por Gary Becker e Barry Chiswick (ambos economistas da Universidade de Chicago) no ano seguinte, para a construção de um modelo formal que relacionava o nível de educação com os rendimentos dos indivíduos: o conceito de capital humano.

A estrutura teórica marginalista original, juntamente com a construção da percepção de que os rendimentos dos indivíduos teriam origem nos investimentos em sua própria educação, era uma forma de tratar o problema que eximiria a política econômica da ditadura civil-militar das responsabilidades sobre a piora na distribuição de renda. Além disso, a interpretação do desenvolvimento econômico segundo esta análise identificava a concentração de renda como um efeito (neo)clássico de uma economia que

<sup>11</sup> Vale destacar que este movimento de Schultz fez parte do que Solow (1994) chamou de terceira onda de interesse na teoria do crescimento. Para Solow, em seu artigo *Perspectives on growth theory* (JEP, 1994), houve três ondas de interesse na teoria do crescimento durante os cerca de 50 anos anteriores à sua publicação. A primeira associada com os trabalhos de Harrod (1939) e de Domar (1948). A segunda foi o desenvolvimento do modelo neoclássico de crescimento (o modelo do próprio Solow). E a terceira, que se iniciou como uma reação às omissões e deficiências do modelo neoclássico, fundamentalmente a partir de meados dos anos 1950 e na década de 1960.

passa por uma fase de crescimento acelerado, causada apenas por um desajuste temporário nos mercados de fatores de produção, que seria resolvida pela própria dinâmica de mercado no sentido do equilíbrio geral. Se a concentração de renda era um resultado natural do processo de crescimento e a distribuição desigual da renda teria relação com características pessoais dos indivíduos, restaria explicar por que a opção pelo crescimento econômico se justificaria do ponto de vista do “bem-estar” coletivo. A revista de circulação nacional *Veja*, de 7 de junho de 1972, dá voz ao argumento oficial, perguntando ao final de sua reportagem de capa: “Mas qual país de bom senso abdicaria do privilégio de instalar uma indústria automobilística só porque ela não distribui com justiça a renda entre seus empregados?” (Reportagem sem assinatura, *Veja*, 1972). Foi a este mesmo raciocínio que Cardoso (1975, p. 10) se referiu quando afirmou que

[...] com isto se quer fazer crer à opinião pública que sem a continuidade do processo de acumulação desigual das rendas não há produção nem crescimento, enquanto qualquer política de redistribuição leva, necessariamente, ao populismo e à perda de velocidade no processo de acumulação.

Tal reportagem da revista *Veja*, com o objetivo de dar estofamento científico às conclusões trazidas em seu corpo, apresentava também o “novo estudo” que o Ministério da Fazenda — cujo ministro na época era o professor licenciado da Universidade de São Paulo (USP), Antônio Delfim Netto — havia financiado no Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, realizado por Carlos Langoni.

O estudo de Carlos Langoni, também pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), buscou executar a tarefa de explicar por meio de uma teoria harmônica da distribuição, sem referência a classes sociais, os resultados que o modelo de desenvolvimento implementado no período do exercício de Delfim na pasta da Fazenda havia gerado. Recém chegado da Universidade

de Chicago, onde desenvolvera seus trabalhos de mestrado e doutorado em economia, Langoni já tinha em seu *curriculum* um artigo sobre “A rentabilidade social dos investimentos em educação no Brasil” e sobre “As causas do crescimento econômico no Brasil”.

Como o próprio autor deixa claro em seu livro, além de um amplo acesso aos dados do Censo 1970, lhe foram também facultados os dados do Imposto de Renda (IR) e da Lei dos 2/3 vinculada à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que lhe deu também acesso aos dados das rendas individuais. Isto tornou seu estudo mais simples, pois não foi necessário criar estimativas para os extremos das classes abertas.

O livro de Langoni — a primeira edição saiu em 1973, mas o estudo de referência já estava sendo amplamente divulgado desde 1972 — pretendia responder, nas palavras de Delfim, “a superficialidade com que o assunto foi inicialmente tratado”, se referindo aos artigos de Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972), que relacionavam a política econômica do governo brasileiro com aqueles resultados distributivos perversos. Mais do que isto, estes autores, Hoffmann em especial, afirmavam que o tipo de crescimento vivido pelo país no período da ditadura estava condicionado e favorecido por tal concentração da renda.<sup>12</sup>

O trabalho de Langoni introduz a noção de capital humano sobre a base de explicação da distribuição de renda via teoria marginalista com o objetivo de explicar o diferencial salarial entre indivíduos. Sua formulação se inspirava no modelo de Gary Becker e Barry Chiswick, que encara o período de educação formal como uma fase de investimento em um ativo de capital (o capital humano) que vai sendo acumulado e trará uma renda mais elevada após o período de investimento, aumentando a renda

<sup>12</sup> Como já estava apontado no artigo de Tavares e Serra ([1971] 1973) e fora reforçado em Tavares (1975).

média do indivíduo, já ajustada pelo período de formação, no qual “deixou de ganhar” rendimentos.<sup>13</sup> Segundo o diminuto prefácio de Delfim, o autor “prova que o aumento observado na desigualdade era consequência direta dos desequilíbrios de mercado característicos do processo de desenvolvimento” (Delfim Netto, 1973, p. 13-14), e que tendo esta natureza, seriam naturalmente corrigidos pelo próprio processo de ajuste de mercado.

Langoni (1973, p. 19) monta o seu argumento partindo da ideia que a descrição que irá apresentar da renda no Brasil tem três aspectos fundamentais, distintos dos trabalhos já realizados sobre o assunto:

- 1) o uso de dados individuais de renda que permitem descrever o perfil da distribuição sem nenhum ajustamento artificial;
- 2) reconhecimento explícito de que a distribuição de renda é heterogênea e por isso para sua caracterização correta é necessário [...] combinar índices agregados [...] com medidas menos sintéticas [...]; utilizar diferentes fontes de dados que permitam verificar a consistência das séries; analisar separadamente a distribuição de renda dentro de grupos relativamente mais homogêneos da população;
- 3) [...] ir um pouco além de modelos meramente descritivos para identificar e medir fatores sistemáticos que contribuem para as diferenças observadas das rendas individuais.

<sup>13</sup> A ideia sob a qual se assenta a teoria do capital humano é simples: os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade cuja contrapartida no mercado são ganhos em salário real. A variável idade também pode ser justificada pela teoria do capital humano, pois a idade é *proxy* de experiência. Mais interessante é a forma como sexo cabe no esquema: estabelece-se a hipótese de que *coeteris paribus* mulheres são menos produtivas que homens, por isso terão sempre salários menores. Em Langoni (1973, p. 103) consta uma citação que explicita exatamente sua base analítica na teoria do capital humano e seu acordo com as ideias acima listadas, mesmo destacando o fato de que o que ocorre com a remuneração feminina teria base em preconceito, mas, como ocorre na realidade, não pode ser considerado na montagem do modelo.



Dessa forma, o autor deixa claro que seu objetivo é explicar os diferenciais de renda individuais e que fará isso com acesso a dados que nenhum outro pesquisador teve. Assim, apresenta muitos capítulos com várias formas de tratamento dos dados da pesquisa, correlacionando os resultados da piora da distribuição de renda com a migração do campo para a cidade, com um aumento da participação de jovens e mulheres na população economicamente ativa (PEA), e com disparidades regionais, e indica que o processo que impulsionou estes movimentos foi o de um crescimento econômico com progresso tecnológico associado.

Apesar de todas as cuidadosas considerações sobre as limitações das medidas de renda que utiliza em seu trabalho, especialmente na parte baseada nos dados do censo demográfico, conclui que o impacto destas considerações “sobre as medidas de desigualdade é bem menor do que possa parecer à primeira vista” (Langoni, 1973, p. 205). A única consideração relevante, de seu ponto de vista, é que a concentração de renda aumenta quando se passa de um predomínio econômico do setor rural para o setor urbano. “O índice de Gini passa de 44% no primário, para 49% no secundário e 57% no terciário” (*ibid.*, p. 205).

Em seu entendimento, a inclusão em seus dados das fontes do IR e da Lei dos 2/3 da CLT lhe parece favorecer a análise, na medida em que seria capaz de separar o rendimento do capital físico daquele do capital humano, ou seja, separar os salários da parcela dos lucros e juros. A informação cedula contida no IR permitiu-lhe identificar a origem dos rendimentos. A Lei dos 2/3 informa os salários dos trabalhadores regidos pela CLT. Em ambos os casos sua percepção é de que, pelo fato destes rendimentos estarem concentrados em setores urbanos, seus resultados mostram ainda maior concentração na renda. Por outro lado indica que “os dados do Imposto de Renda confirmaram que a remuneração do capital físico (juros, lucros e aluguéis) é bem mais desigualmente distribuída que a remuneração do capital humano (salários e ordenados); o índice de Gini assume o valor de 47% na distribuição dos sala-

rios, em contraste com 78% para a distribuição dos lucros” (*ibid.*, p. 206), porém não levanta qualquer questão sobre uma possível desigualdade na distribuição da riqueza, ou seja, da propriedade.<sup>14</sup>

Langoni então se propõe comparar a desigualdade entre os iguais como uma forma mais adequada de medir o problema no Brasil, ou seja, desigualdade entre mulheres, entre nordestinos, entre os mais pobres, entre os com menor escolaridade, entre agricultores, entre metalúrgicos etc. O mais interessante nesta parte do estudo é a conclusão que retira da observação de que, segundo os dados da Lei dos 2/3, a renda tende a ser mais bem distribuída nas indústrias tradicionais de baixos salários (alimentação, têxtil e construção civil) do que nas indústrias modernas de salários elevados (automobilística, mecânica e eletrônica). Sua conclusão da observação desses dados é que estão “sugerindo o pouco significado dos índices de concentração como indicadores de bem-estar” (*ibid.*, p. 206). Nas palavras do próprio autor:

[...] uma das lições mais importantes desta pesquisa é a de que existe um conjunto de forças trabalhando no sentido de aumentar o grau de desigualdade numa economia em que o nível de renda *per capita* é ainda relativamente baixo, mas as taxas de crescimento são extremamente altas. A identificação destas forças torna, porém, falaciosa a tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de piora do ou redução do bem-estar. (*Ibid.*, p. 15)

A tese central perseguida pelo autor é que o aumento da desigualdade é consequência das profundas modificações que acompanharam o desenvolvimento econômico brasileiro entre 1960 e

<sup>14</sup> Singer (1975) tem o cuidado de usar as próprias tabelas de Langoni (1973) para apresentar outra visão dos dados. Sua metodologia faz considerações sobre a história de formação econômica e social do Brasil e suas mudanças estruturais, incorporando dados sobre a estrutura de propriedade agrícola e industrial que são impressionantes no sentido da identificação de uma concentração importante da propriedade sobre a terra e sobre o capital industrial no Brasil.

1970. Tais modificações são fundamentalmente o progresso das forças produtivas da economia brasileira e um aumento da renda da população, em termos absolutos, o que não significaria diminuição do bem-estar. Para explicar, então, a piora na distribuição de renda, procura mostrar que grande parcela do aumento da concentração observada estaria intimamente ligada às mudanças qualitativas (nível de educação, idade, sexo) e alocativas (setorial e regional) da força de trabalho.

A conclusão do estudo de Langoni (1973) é a mesma de seu ponto de partida, com destaque para o fato de que a educação seria a variável, medida em termos do seu modelo, com maior impacto sobre o diferencial de remuneração dos indivíduos, seguida pela idade, que tal como no âmbito da teoria do capital humano é suposta como *proxy* de experiência, portanto também ativo de capital humano. Em seu livro conclui que, em fase de crescimento acelerado do processo de desenvolvimento econômico, há um aumento da desigualdade da distribuição de renda porque tal fase oferece possibilidade para exploração de ganhos extras na renda, tanto no mercado de capital humano como no mercado de capital físico. Segundo esta interpretação, o aumento da desigualdade é autocorrigível em longo prazo, na medida em que a renda *per capita* comece a se elevar e a taxa de crescimento alcance valor estável, bem como haja pleno emprego nos mercados dos fatores produtivos.

Finalmente, ficou colocada “cientificamente” para o público o que se tornou conhecida como a “teoria do bolo”,<sup>15</sup> ou seja, a ideia de que é necessário que a riqueza cresça primeiro para que depois se possa dividi-la.

Em plena consonância com o raciocínio até agora apresentado, não será surpreendente para o leitor apreciar a última citação

<sup>15</sup> Vale a referência a Serra (1975) em sua nota de rodapé nº 7, que dá nome aos maiores divulgadores da “teoria do bolo”, destacando, entre eles, Eugênio Gudín, Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen.

retirada do livro de Langoni, dada a atualidade que este tipo de declaração possui enquanto proferida por boa parte dos *policy makers* dos últimos 20 anos:

Uma das principais lições deste trabalho é mostrar que, no caso brasileiro, há necessidade de se apurar qual deva ser realmente a preocupação da sociedade: se a desigualdade da distribuição *per se* ou o fato de que ainda existe uma porção considerável da população recebendo renda monetária inferior àquilo que poderíamos chamar de mínimo do ponto de vista social. No primeiro caso o objetivo fundamental seria a igualdade da distribuição e, no segundo, a eliminação da pobreza. (Langoni, 1973, p. 213)

Como se ambas as coisas não pudessem ser alcançadas simultaneamente sob o risco de se cortar um bolo cru ou solá-lo.

#### IV. Os críticos: recuperando os argumentos histórico-estruturais

Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli organizaram em 1975 um livro com a contribuição dos vários autores que conjuntamente compuseram o que, nas palavras de Cardoso (1975), foi a “consciência crítica” sobre a situação brasileira do período. O livro *A controvérsia da distribuição de renda no Brasil* discute teórica e empiricamente a questão da distribuição de renda e sua relação com o desenvolvimento econômico. Os dados de referência são aqueles publicados pelo IBGE — os mesmos utilizados por Langoni (1973) —, porém os autores não tiveram acesso aos dados do IR tal como o contratado do Ministério da Fazenda. Esta postura de limitação de acesso aos dados foi amplamente denunciada. O autor do estudo foi duramente criticado, especialmente no sentido de que estaria impedindo a replicação dos seus resultados por outro pesquisador, o que os tornaria não passíveis de validação pela comunidade científica.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Este debate aparece em Lopes (1975).

Os autores da referida coletânea produziram seus textos em espaços acadêmicos e políticos bastante diferentes. Foram professores da Unicamp, da UnB, da USP de Piracicaba, da UFRJ e da Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (Flacso), bem como pesquisadores do Ipea, da Finep, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e do Center of Latin American Studies em Cambridge que contribuíram para o livro. Poucos deles atuavam juntos academicamente e suas matrizes de pensamento variavam bastante. Todos, porém, não apenas identificaram que a piora da distribuição de renda no Brasil dos anos 1970 em relação à década de 1960 expressava o resultado de um determinado estilo de crescimento econômico que se baseava prioritariamente no consumo de minorias privilegiadas e no investimento em setores de mais altas rendas, como também discordavam de qualquer relação explicativa que se originasse nos diferenciais de oportunidades na educação para a piora na distribuição de renda, como propunha a leitura oficial. Neste caso, todos denunciaram fundamentalmente a correlação espúria entre a variável educação e a distribuição de renda, pois ambas são permeadas por uma terceira variável independente delas, constituída pela riqueza das famílias, que é a distribuição desigual anterior da propriedade. Do ponto de vista teórico os autores recolocavam a necessidade de uma análise mais estrutural para a avaliação da questão da distribuição de renda no Brasil.

Luiz Gonzaga Beluzzo (1975) traz para a cena o debate teórico sobre o confronto entre as teorias do valor e da distribuição clássicas e marxistas em contraste com o aparato analítico neoclássico. Beluzzo revela uma visão extremamente influenciada pelas controvérsias de Cambridge, na época recente, na qual Joan Robinson e Piero Sraffa ganham destaque especial. O autor conclui seu texto construindo as relações entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. Explica que, do ponto de vista teórico, as análises da distribuição pessoal da renda se restringiram a aspectos estatísticos e descritivos, comumente acom-

panhados de hipóteses explicativas muito gerais que não configuram teorias coerentes. Já as análises de distribuição funcional da renda buscaram incorporar em sua base analítica a diversificação dos aparatos burocráticos das empresas e do Estado no estágio do capitalismo oligopólico para compreender os diferenciais salariais.<sup>17</sup>

Maria da Conceição Tavares (1975) apresenta uma interpretação da evolução do padrão de acumulação no Brasil<sup>18</sup> com base no modelo kaleckiano de representação de setores econômicos e divisão do produto entre classes sociais. Tavares faz um esforço teórico que caracteriza como

[...] forçar a história para dentro de um ligeiro "esboço" do padrão clássico de acumulação e em mostrar posteriormente, que mesmo com um espartilho teórico similar, o modo de reprodução de uma economia subdesenvolvida é radicalmente diferente desde sua constituição. (p. 40)

Sua interpretação da distribuição se mantém na tradição estruturalista, porém o modelo de crescimento que orienta sua análise da relação entre desenvolvimento econômico e distribuição é do tipo que supõe que, mesmo no longo prazo, ao menos parte do investimento da economia é autônomo. O crescimento do investimento autônomo é determinado por progresso técnico e/ou fatores financeiros. É o aumento desse investimento autônomo que lidera a expansão da economia, o que o coloca na família dos modelos de crescimento liderados pela demanda. No entanto, o fato de nem todo investimento ser induzido, embora resolva o

<sup>17</sup> Belluzzo (1975) cita o trabalho de Edward Nell, "Theories of income distribution" — publicado no *Journal of Economic Literature*, v. X, n. 2, jun. 1972 —, sobre as teorias da distribuição de renda para se referir ao debate teórico acerca do estudo de diferenciais salariais. Bacha (1975) recorre à sociologia para estabelecer um raciocínio semelhante.

<sup>18</sup> Sobre a controvérsia do padrão de acumulação, ver Bielschowsky neste livro (p. 221-243).

problema da instabilidade fundamental<sup>19</sup> existente em modelos do tipo Harrold-Domar,<sup>20</sup> não permite que a capacidade se ajuste

<sup>19</sup> Baseando-nos em Serrano (1996), podemos dizer que Harrod pensa o crescimento econômico a partir de dois problemas propostos com base no conceito de taxa natural de crescimento e taxa garantida de crescimento. A taxa natural de crescimento foi concebida com sendo a taxa resultante da soma do crescimento da força de trabalho e do crescimento da produtividade do trabalho. A taxa garantida seria resultado da relação entre a taxa de poupança e a relação capital/produto. De outra forma:

$gn = n + a$ , onde  $gn$  é a taxa natural de crescimento,  $n$  é o crescimento da força de trabalho e  $a$  o crescimento da produtividade do trabalho.

$gg = s/v$ , onde  $gg$  é a taxa garantida de crescimento,  $s$  é a taxa de poupança, e  $v$  é a relação capital produto ( $K/Y$ ).

Os dois problemas colocados por Harrod dizem respeito a como se chegar à taxa de crescimento sustentável (de *steady state*), mas são colocados da seguinte forma:

1) É a igualdade entre a taxa efetiva e a taxa natural que garante a absorção de todo o crescimento da mão de obra da economia no longo prazo.

2) É a relação entre a taxa efetiva e a taxa garantida que vai garantir a plena utilização das novas capacidades criadas pelo novo investimento (absorção da capacidade produtiva, do novo capital).

Harrod supõe que todo consumo é induzido pelo nível da renda e que todo investimento é induzido pela variação esperada da demanda. Desta forma, a poupança potencial é independente, pode ser diferente do nível de investimento e mostra que isto leva ao que ele chamou de instabilidade fundamental. Se o investimento for menor que a poupança potencial, o grau de utilização da capacidade cairá abaixo do seu nível normal. Esta subutilização provavelmente levará a uma revisão para baixo do nível de investimento, o que faz, via multiplicador, a demanda agregada cair na mesma proporção. Isto reduzirá ainda mais o grau de utilização da capacidade e gerará um processo cumulativo. O mesmo raciocínio serve para o caso oposto. Somente por uma coincidência será possível crescimento sustentável com plena utilização da capacidade.

<sup>20</sup> Roy Harrod publicou "An essay in Dynamic Theory" no *Economic Journal* de março de 1939. Este mesmo artigo foi revisado e ampliado, tendo sido publicado em 1949 em *Toward a Dynamic Economics*. Evsey Domar, em dezembro de 1948, escreveu o artigo "The problem of capital accumulation" na *American Economic Review*. Em março de 1947 também havia escrito nesta mesma revista o artigo "Expansion and Employment" no qual também apresentava uma interpretação semelhante para o processo de crescimento.

plenamente à demanda, pois pode tornar a taxa de crescimento efetiva permanentemente diferente da taxa garantida. Estes modelos foram desenvolvidos originalmente, e principalmente, por Kalecki e Steindl. Em Tavares (1975), a autora associa esta base analítica ao método histórico-estrutural de Furtado para realizar o seu trabalho de interpretação do caso brasileiro e ainda critica o uso e as implicações das análises distributivas baseadas no conceito de capital humano.

Paul Singer (1975) traz uma análise cuidadosa do fenômeno da piora na distribuição de renda, preocupando-se em manter os dados apresentados pelo estudo financiado pelo Ministério da Fazenda como referência. Singer remonta a história econômica brasileira desde 1930, destacando todo o impacto do desenvolvimento econômico sobre os setores primário, secundário e terciário, tanto do ponto de vista do aumento da produtividade com base em mudanças nas forças produtivas, como também das alterações nas relações sociais de produção decorrentes, especialmente quanto à estrutura proprietária de cada setor. Com base nesta análise encontra na sucessão de decisões políticas na história do desenvolvimento brasileiro a causa da enorme desigualdade existente no país. E ainda alerta ao leitor que:

[...] a repartição da renda não se dá a frio, movida unicamente por mecanismos "econômicos". Ela se dá no contexto de um sistema de dominação, que dita os parâmetros que determinam de um lado a repartição do produto entre necessário e excedente (política salarial, sindical, previdenciários, etc.) e do outro o modelo de apropriação do excedente (política fiscal, de crédito, de preços, etc.). (Singer, 1975, p. 76)

Esse alerta sobre a importância da análise política associada ao estudo histórico que apresenta vai formar a base para a crítica à explicação oficial do problema da piora da distribuição de renda no Brasil entre 1960-1970. De forma simples, Singer lembra que a correlação entre nível de escolaridade e remuneração era tão

boa em 1960 como em 1970, o que transforma a explicação da variação na distribuição com base na educação uma falácia em princípio e afirma que uma estrutura tributária regressiva e que isenta os lucros de impostos, associada a uma política de contenção salarial, explica muito melhor a diferença de resultados entre 1960 e 1970. Do ponto de vista do diferencial entre salários de alta e baixa qualificação, Singer o associa à seleção social do sistema escolar que coloca os indivíduos que vêm de famílias de classes mais abastadas em níveis de formação profissional de mais alta qualificação. Desta forma, o padrão social que orienta a determinação salarial nos setores de qualificação mais elevada reflete os níveis habituais que estas classes consideram como padrão de vida minimamente digno.

O artigo de Edmar Bacha (1975) entra nesta polêmica trazendo outra visão, que pode ser considerada complementar à apresentada em Singer (1975). De seu ponto de vista, é a hierarquia no interior da empresa que define a matriz salarial. Bacha considera que executivos e burocratas sejam parte do que chama classe dirigente, juntamente com os proprietários. Esta classe se diferencia da classe dirigida, formada por trabalhadores e funcionários, independentemente de sua qualificação. O apelo à sociologia americana para explicar a construção das noções sob as quais trabalha é uma forma muito engenhosa de construir a base para sua explicação social da determinação do leque salarial em uma sociedade industrial. Sua pesquisa é uma incursão rara dos economistas na seara dos sociólogos para explicar fenômenos tradicionalmente reivindicados pela ciência econômica. De seu ponto de vista, a remuneração da classe dirigente fica associada à participação dos lucros na renda, o que cria uma cooperação "classista" entre executivos e proprietários. Os burocratas supostamente teriam seus rendimentos associados a esta parcela na distribuição funcional da renda por serem parte dos trabalhadores improdutivos, portanto, aqueles que vivem do excedente, que em sua pri-

meira instância é o lucro. Bacha (1975, p. 128-129) afirma que, para seus propósitos:

[...] basta salientar que, na empresa capitalista, a autoridade delegada encontra seu fundamento último na propriedade privada; assim, a burocracia industrial, que exerce autoridade delegada é por virtude de sua posição, parte da classe dirigente, no sentido de que é de seu interesse de classe a manutenção do *status quo* pela conservação das relações de autoridade existentes.

Assim, conclui que a teoria proposta por estes novos desenvolvimentos estabelece que as forças determinantes da relação entre a remuneração gerencial e os salários dos trabalhadores são as mesmas que explicam a repartição da renda entre capitalistas e assalariados nos modelos tradicionais. Deste modo, dentro de uma perspectiva de análise clássica, admite que a variável-chave da determinação da distribuição de renda seja a taxa de exploração, definida como a relação entre lucros e salários da classe dirigida, ou seja, a remuneração dos gerentes vai disputar a parcela do sobre-trabalho juntamente com os lucros. Finalmente, Bacha explica que a relação entre a remuneração dos gerentes e os salários dos trabalhadores tem a ver com a razão entre lucros e salários existente na economia, pois quanto maior esta relação maior será o espaço para uma remuneração mais dilatada entre estes dois grupos de assalariados. Apesar disso, para Bacha a qualificação limita-se apenas a definir socialmente quem será ou não aceito para exercer determinadas funções no sistema, porém não determina seus salários relativos.

Rodolfo Hoffmann (1975), cuja pesquisa é fundamental na construção desta controvérsia no Brasil, escreve um texto na coletânea de Tolipan e Tinelli que tem um duplo mérito: critica o trabalho de Langoni, identificando sua matriz analítica e mostrando seus problemas metodológicos<sup>21</sup> e, ao mesmo tempo, apre-

<sup>21</sup> Vale destacar que Hoffmann aponta para uma mesma questão que Langoni e Simonsen, qual seja, os dados da distribuição de renda serem baseados

senta uma interpretação diversa da relação entre o crescimento e distribuição de renda efetivamente ocorridos no Brasil. Na linha que já vinha imprimindo aos seus trabalhos sobre o tema, Hoffmann (1975) demonstra, a partir de seus estudos realizados em parceria com João Carlos Duarte, que metade da população brasileira não foi atingida pelos benefícios do crescimento econômico em termos monetários, e outros 30% da população obtiveram benefícios apenas marginais. Isto colocaria 80% da população de fora da grande melhoria de “bem-estar” produzida pelo crescimento no modelo concentrador vigente. Concretamente, traz os dados sobre um crescimento dos salários muito inferior ao da produtividade e destaca a tendência de uso de tecnologia capital-intensiva como um limite importante para a absorção da mão de obra em um país que já tem um excedente estrutural nesta área. Finalmente, Hoffmann vai à raiz do problema da distribuição no Brasil identificando-o com a posse da terra e afirma que

[...] as distribuições da renda e da riqueza em um país parecem ter características bastante estáveis, isto é, na ausência de revoluções sociais os índices de concentração só se modificam pouco e lentamente. (*Ibid.*, p. 112)

Conclui, então, com a percepção de que essa estabilidade mostra que intenções de alterar este padrão distributivo da renda não serão facilmente executadas, seja por razões econômicas, seja por razões socio-políticas. Sob esta percepção afirma que as relações mais importantes entre distribuição de renda e crescimento econômico são: (i) o padrão de distribuição condiciona a estrutura da pauta de importações e a estrutura produtiva por meio da

---

fundamentalmente em rendas do trabalho, na medida em que são de fontes sobre renda pessoal. Porém, Hoffmann dá outro sentido para o escamoteamento que este tipo de dado pode trazer. Afirma que boa parte da concentração da renda fica encoberta pela ausência de referência à parcela dos lucros, exceto pela pequena parte que pode vir a compor os salários de alguns altos executivos.

extensão de mercados para bens específicos; (ii) o grau de concentração de renda está, em uma economia capitalista, relacionado à capacidade de poupar e investir. Juntando ambas as noções, observa que a concentração de renda no Brasil facilitou o tipo de crescimento rápido ocorrido entre 1967-1973, garantindo mercados em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, inclusive a partir de investimento estatal para estabelecimento de infraestrutura específica para este tipo de mercado, que utiliza tecnologia importada e é controlado por capital estrangeiro. Com base neste raciocínio, o autor evoca as palavras de Joan Robinson: “a tarefa da geração hoje em revolta é reafirmar a autoridade da moralidade sobre a tecnologia; a missão dos cientistas sociais é auxiliá-la a ver quão necessária e difícil essa tarefa vai ser” (Robinson, 1971 *apud* Hoffmann, 1975, p. 120).

Na linha das críticas metodológicas mais mordazes à interpretação oficial do fenômeno distributivo do modelo de desenvolvimento da ditadura, Albert Fishlow contribui afirmando que a especificação do modelo apresentado por Langoni (1973), em termos econométricos, traz consigo o problema de que “se muito da desigualdade é explicada pela educação, também muito pouco o é, na medida em que a idade e a educação juntas não correspondiam a um terço da variação nas rendas individuais” (Fishlow, 1975, p. 181). Fishlow (1975) ainda destaca que aceitar a relação entre as variâncias especificadas no modelo de regressão apresentado por Langoni “e a conclusão de que a desigualdade é influenciada diretamente pela taxa de retorno e pelo número de anos de escolaridade é em parte um ato de fé” (*ibid.*, p. 182). Malan e Wells (1975) fazem um escrutínio detalhado do trabalho de Langoni, criticando-o metodologicamente, capítulo a capítulo, e o desconstruindo enquanto uma análise científica séria. Porém, o trabalho de Fishlow (1975) e o de Wells (1975) vão além da crítica metodológica, pois ambos apresentam novas formas estatísticas de tratar o problema da distribuição de renda no Brasil. Vale, porém, destacar que em ambos os casos a matriz analítica marginalista tem

um peso importante, a despeito da forte crítica à teoria do capital humano e ao vício perpetrado pelos defensores da interpretação oficial de se aplicar a teoria pura às análises de situações concretas.

Serra (1975, p. 263) agrega a última pitada de articulação entre teoria econômica e política no campo da economia abrindo seu artigo com a seguinte afirmação:

Se os teoremas da Geometria contrariassem os interesses dos homens, surgiriam legiões de matemáticos para refutá-los. Posto que a reconcentração da distribuição da renda pessoal no Brasil durante os anos sessenta não é tão inofensiva para os setores sociais como as verdades dos teoremas da geometria, surgiram não legiões, mas pelo menos um grande número de economistas para tentar ao menos relativizar seu significado.

O autor parte da hipótese de que o movimento perpetrado pelo Ministério da Fazenda em contratar um trabalho para justificar os resultados do Censo 1970 faz parte de um retorno à teoria econômica apologética, cuja essência consiste em racionalizar todas as dimensões do sistema que defende, bem como suas expressões históricas. Sua crítica é violenta no que se refere ao uso dos critérios paretianos da economia do bem-estar para avaliação do significado econômico da piora da distribuição no país. Afirma que se estabelece um abandono da noção relativa de pobreza na análise da situação interna no país, enquanto o mesmo grupo de especialistas governistas alerta sistematicamente sobre o perigo de se crescer a taxas inferiores às das economias desenvolvidas, dado que isto poderia conduzir o país a uma situação de pobreza relativa deplorável. Serra (1975) também desmonta o argumento à Solow<sup>22</sup> de que

<sup>22</sup> Os modelos neoclássicos de crescimento iniciam seu desenvolvimento com Solow tentando responder o primeiro problema de Harrod. Supõem que a taxa natural é a que determina a taxa efetiva por meio do mecanismo de substituição de fatores, por intermédio do qual sempre será possível combinar qualquer quantidade de trabalho com um dado estoque de capital. O segundo problema de Harrod não foi uma questão para Solow porque

a concentração de renda privilegia o crescimento do produto em termos do seu nível, na medida em que aumenta a taxa de poupança da economia, e afirma, a partir de uma perspectiva keynesiana clássica, que em economias capitalistas não se investe porque existem poupanças previamente disponíveis, e sim de acordo com a rentabilidade *vis-à-vis* o custo de obter recursos financeiros.<sup>23</sup>

Apesar de seu apelo crítico altamente teórico, Serra coloca a questão da relação entre distribuição de renda e desenvolvimento no Brasil em termos muito claros. Em uma economia como a nossa, em que a maior parte do investimento naquele período foi realizada pelo Estado e onde parcela importante do investimento privado é feita pelas grandes empresas estrangeiras, a poupança privada nacional tem relativamente pouco significado e menos ainda a poupança pessoal. Apesar disso, em uma economia de renda concentrada como a brasileira a poupança potencial é muito elevada e se boa parte dela não fosse dissipada em consumo suntuário isso acarretaria problemas de realização importantes a curto-prazo, colocando o dilema investimento-consumo em um nível de importância irrisório.<sup>24</sup>

---

seu modelo simplesmente supõe que a poupança vai acabar determinando o investimento implicitamente, via mecanismo da flexibilidade da taxa de juros, de acordo com a teoria dos fundos emprestáveis. Sendo assim, não apareceria o problema do uso da capacidade no longo prazo.

O que o modelo de Solow faz é mostrar que a taxa garantida se ajusta à taxa natural devido aos efeitos dos rendimentos marginais decrescentes sobre a relação capital-produto ( $K/Y$ ).

A implicação da solução de Solow é que a taxa de poupança não terá efeito permanente sobre a taxa de crescimento sustentável. Esta teoria é, então, chamada de crescimento exógeno, pois a taxa de crescimento não depende da taxa de poupança, dependendo apenas da taxa de crescimento da força de trabalho ( $n$ ) e da produtividade do trabalho ( $a$ ).

<sup>23</sup> Importante debate sobre esta questão no Brasil está em Tavares e Serra ([1971] 1973) e no livro de Tavares (1972).

<sup>24</sup> Serra trabalha de forma muito articulada com o modelo de crescimento de Joan Robinson no qual, como se supõe que no longo prazo a economia tem

Finalmente, para desconstruir o argumento apresentado pelo governo de que a piora na distribuição teria relação com a baixa qualificação do trabalhador brasileiro, gerando um desequilíbrio no mercado de trabalho que privilegia os mais qualificados sob a nova matriz tecnológica, Serra utiliza-se de dados sobre a educação no Brasil, extraídos dos anuários estatísticos do IBGE, e sobre a variação na remuneração dos cargos de nível superior, obtidos em pesquisas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O autor apresenta de forma simples o argumento de fundo presente em todas as críticas ao trabalho de Langoni (1973): “com frequência se confunde correlação com causalidade, descobrindo-se assim ‘explicações’ pseudo científicas” (Serra, 1975, p. 273).

Pode-se notar que a variedade de abordagens e explicações para a questão da distribuição de renda apresentadas sob o título *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento* é muito grande. O único elemento que todos os trabalhos apresentados tinham em comum era a necessidade crítica em relação à nova roupagem que se punha na teoria marginalista da distribuição e sua utilização para a explicação do fenômeno brasileiro concreto vivenciado na década transcorrida entre 1960 e 1970.

O trabalho de Tolipan e Tinelli (1975) em organizar uma publicação com a principal produção crítica sobre a questão da distribuição de renda no Brasil no início dos anos 1970 foi inestimável

---

uma restrição de oferta, o investimento determina a poupança por meio de variações na distribuição, através do mecanismo de poupança forçada que faz com que, diante de um excesso de demanda agregada, os preços subam mais que os salários nominais e a renda se redistribua a favor de classe capitalista que, por hipótese, poupa relativamente mais. Nesta teoria o investimento é autônomo e a taxa garantida se ajusta à taxa efetiva por meio deste mecanismo de poupança, gerando sempre a taxa de poupança necessária para garantir a plena utilização da capacidade. Tal modelo é muito importante dentro da tradição pós-keynesiana de modelos de crescimento, porém não são propriamente modelos liderados pela demanda, na medida em que se supõe que se continua com restrição de oferta mesmo diante de aumentos na capacidade.

vel e teve o impacto de reforçar o debate sobre o problema. Ao mesmo tempo, colocou em evidência a variedade de interpretações ortodoxas e críticas sobre a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição, alçando a discussão do tema a um novo patamar do ponto de vista científico. Deu-se voz à controvérsia, à ironia e à crítica na busca de se reconstruir um ambiente rico de debate que evidenciava a inseparabilidade entre a economia e a política. Há, porém, que se reconhecer que a crítica à visão oficial teve maior escuta no meio acadêmico. O debate público foi cuidadosamente recortado pela leitura política organizada pela ditadura civil-militar.

## V. Considerações finais

Este texto teve como objetivo recuperar a importância e a ampliação das visões teóricas que combateram na arena da interpretação sobre a distribuição de renda no país e sua relação com o desenvolvimento econômico.

O pensamento oficial buscou construir uma formulação cientificamente qualificada para dar conta de explicar o potencial positivo das altas taxas de crescimento associadas a uma piora importante na distribuição de renda. Naquele período se construiu a porta de entrada da teoria do capital humano nas discussões sobre distribuição no Brasil. Desde então, o arsenal teórico em torno do tema está marcado não apenas pela teoria marginalista, mas principalmente pela versão que enxerga trabalhadores como proprietários de capital humano.<sup>25</sup>

A partir desse período criou-se uma persistente crítica que busca desnudar a interpretação com base na teoria do capital

---

<sup>25</sup> Infelizmente a lógica por trás da teoria do capital humano tem se espalhado nas ciências sociais, dando origem inclusive a fórmulas derivadas de interpretação da inserção social de cada indivíduo como parte de mais uma “propriedade” que recebe ao nascer: o “capital social”.



humano para justificar a má distribuição no país, bem como para orientar políticas públicas. Tal crítica objetiva evidenciar seja a falácia de princípio da teoria supracitada, seja sua fragilidade teórica. Nos anos 1970 vários estudiosos se organizaram para debater o tema da distribuição e apresentaram inúmeras alternativas interpretativas de perfil crítico, tais como as marxistas e kaleckianas, mas também algumas que permaneciam sob a orientação da teoria da distribuição marginalista. Temos a hipótese de que todos aqueles autores que se uniram sob o mesmo título crítico em 1975 conviviam em torno da luta contra a ditadura vigente, porém suas diferenças teóricas eram tão grandes que, sob uma nova conjuntura política, estiveram em campos diferentes na controvérsia sobre a distribuição.

Finalmente, vale destacar que a controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil e sua relação com o desenvolvimento econômico é uma questão perene em nosso país.<sup>26</sup> Mesmo quando todas as atenções estiveram voltadas a expressões de fenômenos macroeconômicos sob a atmosfera de crise foi impossível negar a essencialidade do debate distributivo e a necessidade de sua solução prática. Sendo assim, não se poderá deixar de levar em conta o jogo de interesses atrás de cada teoria no que tange à construção das políticas públicas distributivas, algo que ficava bem mais aparente no tempo da ditadura civil-militar.

---

<sup>26</sup> Podemos utilizar os trabalhos de Hoffmann após 1975 como fio condutor para acompanhar a perenidade da controvérsia da distribuição de renda no país.